



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE FÍSICA
GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM FÍSICA**

ALINE DE SOUZA GALDINO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NO
CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

**CAMPINA GRANDE
2022**

ALINE DE SOUZA GALDINO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NO
CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Física da Universidade Estadual da Paraíba, com o requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Física.

Orientador: Profa. Adjanny Vieira Brito Montenegro.

CAMPINA GRANDE

2022

G149e Galdino, Aline de Souza.

Educação inclusiva no ensino superior [manuscrito] : um estudo de caso no curso de licenciatura em física / Aline de Souza Galdino. - 2022.

16 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Física) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Adjanny Vieira Brito Montenegro, Coordenação do Curso de Física - CCT."

1. Ensino superior. 2. Educação inclusiva. 3. Formação de professores. 4. Educação especial inclusiva. I. Título

21. ed. CDD 370.115

ALINE DE SOUZA GALDINO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NO
CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Física da Universidade Estadual da Paraíba, com o requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Física.

Aprovada em: 25/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Adjanny Vieira Brito Montenegro (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Alessandro Frederico da Silveira.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Ruth Brito Figueiredo Melo.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, sua graça e misericórdia me fizeram chegar até aqui e ao meu filho que é minha motivação diária.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ESPECIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	6
2.1	A formação inicial de professores no processo de inclusão	7
3	METODOLOGIA	8
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	9
5	CONCLUSÃO	13
	REFERÊNCIAS	13
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	14

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA

Aline de Souza Galdino

RESUMO

A Educação Inclusiva no contexto da educação brasileira tem sido tema de reflexão e discussão entre educadores desde a década de noventa, ressaltando a necessidade de políticas públicas para a inserção e permanência de pessoas com deficiências no contexto educacional. O acesso a matrícula de pessoas com deficiência no âmbito escolar é garantido por lei, todavia, a permanência é influenciada por diversos fatores, que vão desde a estrutura da instituição até as estratégias pedagógicas adotadas pelos docentes. O objetivo deste estudo é investigar como os alunos licenciados de Física da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, tem estimado sua formação inicial no contexto da Educação Especial Inclusiva (EEI). A pesquisa foi realizada através da aplicação de um questionário, para compreender se esses alunos sabem a diferença entre educação inclusiva e educação especial inclusiva, se para eles os componentes curriculares oferecidas ao longo do curso, contribuíram para a sua formação nessa perspectiva da inclusão e se eles estão preparados para lidar com as possíveis diferenças encontradas em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino superior, inclusão, formação de professores.

ABSTRACT

Inclusive Education in the context of Brazilian education has been the subject of reflection and discussion among educators since the 1990s, highlighting the need for public policies for the insertion and permanence of people with disabilities in the educational context. Access to enrollment of people with disabilities in the school environment is guaranteed by law, however, permanence is influenced by several factors, ranging from the structure of the institution to the pedagogical strategies adopted by teachers. The objective of this study is to investigate how graduate students of Physics at the State University of Paraíba, Campus I, have estimated their initial training in the context of Inclusive Special Education (SES). The research was carried out through the application of a questionnaire, to understand if these students know the difference between inclusive education and inclusive special education, if for them the curricular components offered throughout the course contributed to their formation in this perspective of inclusion and if they are prepared to deal with possible differences encountered in the classroom.

Keywords: Higher education, inclusion, teacher training.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial Inclusiva (EEI) muito discutida atualmente é resultado de mudança na nossa sociedade, diálogos e luta pelos direitos à diversidade (MAIA, 2015). O direito a matrícula foi um dos principais direitos adquiridos em 1990, e a política educacional brasileira, influenciada pela Declaração de Salamanca, pela Declaração Mundial de Educação para todos, no exercício para a cidadania e para a qualificação para o trabalho.

Contudo, esse direito não deve estar limitado a matrícula, mas ao direito a permanência no ambiente escolar, assim para que a inclusão ocorra se faz necessário repensar nos desafios inerentes a esse processo. Gestores escolares, equipe de apoio e professores em sua maioria encaram esse processo como importante, porém desafiador, por se sentirem despreparados.

No aspecto ligado aos professores e seu papel nesse processo da EEI, segundo Ribeiro (2002) e Tricoli (2002 apud POCKER, 2017) há necessidade de se formar professores de ciências para atuar no contexto da educação inclusiva para que ele possa oferecer oportunidades de aprendizagem para seus alunos. Logo, ele também precisa estar bem formado.

Contudo, segundo Pinheiro (2010, apud MIRANDA, 2012), a formação inicial de professores na perspectiva da inclusão é uma realidade vivenciada por poucos cursos de licenciatura, uma vez que muitos cursos de Física e Matemática tem ofertado o mínimo dos preceitos da lei no aspecto da EEI.

Diante de tais apontamentos anteriormente feitos, buscamos responder ao seguinte questionamento: será que os futuros professores de Física estão preparados para atender alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação?

Para isso foi realizada uma pesquisa com 32 alunos do curso de Licenciatura em Física com o objetivo de investigar como os alunos licenciados de Física da Universidade Estadual da Paraíba, tem estimado sua formação inicial no contexto da Educação Especial Inclusiva (EEI).

2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ESPECIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Pessoas com deficiência sempre estiveram à margem da sociedade e por consequência no sistema educacional também, por estarem fora dos padrões de normalidade, contudo mudanças têm ocorrido para combater a marginalização dessas pessoas. A garantia do direito à educação para pessoas com deficiência tem ganhado espaço, mas muitas mudanças ainda são necessárias.

Para entender o processo de inclusão como um avanço, embora lento, partiremos de ações e leis que ora enceta o processo de inclusão especial na educação brasileira. Os primeiros sinais de impactos na legislação educacional brasileira voltados para a inclusão de pessoas com deficiência, ocorreram no período de 1950, em que nesta época o presidente da República era Ernesto Garrastazu Médici defendia a inserção tendo como base a teoria do capital humano (JANUZZI, 2004).

Com isso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 fundamentava o direito ao atendimento educacional às pessoas com deficiência: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961).

Durante a ditadura militar (1964-1985) a LDB, sofre alterações no texto apresentado: “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial” (BRASIL, 1971), garantindo o direito a educação apenas em escolas especiais.

Em meados de 1970 com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/MEC), primeiro órgão responsável pela formulação e acompanhamento de uma política de Educação Especial, em âmbito nacional, os alunos passam a ter acesso e direito

a estudar em escolas regulares estaduais e municipais, optando por escolas especiais ou regulares, porém no modelo de integração.

Nesse mesmo período um novo movimento social e educacional se inicia refletindo a busca pela inclusão de todos os educandos nas classes regulares, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, ou seja, crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais devem aprender juntos aos demais alunos, independentemente das suas diferenças.

Um dos marcos históricos na Educação Especial e Educação Inclusiva Especial foi a Declaração de Salamanca, um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial de 1994, que declara:

1. Toda criança tem direito à educação;
2. Toda criança possui traços de aprendizagem que são únicos;
3. A diversidade de características e necessidades deve ser levada em consideração na implementação de sistemas e programas educacionais;
4. As pessoas com necessidades especiais têm o direito de frequentar escolas regulares, e estas, por sua vez, devem acolhê-las e acomodá-las dentro de uma pedagogia que satisfaça suas necessidades de aprendizagem;
5. Tais escolas regulares devem combater condutas discriminatórias, promovendo um espaço acolhedor e inclusivo.

A declaração de Salamanca trouxe reflexões e mudanças, porém não alcançou seu objeto de levar as escolas a atender alunos com diferentes necessidades educacionais. Tal mudança só ocorreu em 2011 com o decreto N° 7.611 revoga o decreto N° 6.571 determinando que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, independente da deficiência, assegurando adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, que sejam adotadas medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

Tais mudanças ocorridas no sistema educacional de ensino contribuíram para tentar incluir todos, sem preconceitos. Assim, o aluno com deficiência interage com os demais alunos, e eles, por sua vez, aprendem que também fazem parte da diferença, já que ninguém é igual a ninguém e todo aluno é único. A participação e aprendizagem tem que ser de todos e para todos, sem exceção. Pensar na inclusão de alunos deficientes no ambiente escolar é pensar em toda a complexidade do sistema. A lei assegura o direito.

2.1 A formação inicial de professores no processo de inclusão

O ato de ensinar para algumas pessoas é considerado um ato de amor, vocação, um dom, porém é de concordância que ele é um desafio, que precisa de capacitação e formação, uma vez que é onde nos deparamos com uma diversidade de pessoas, com sonhos, frustrações, conhecimentos e expectativas diferentes.

Tal saber adquirido pelos professores pode ter sido conquistado pelas suas próprias experiências atrelado a sua formação inicial. É durante a formação inicial que o futuro professor aprende os saberes necessários para exercer a sua profissão.

Para Bueno (2008) o professor precisa estar sendo preparado durante a sua formação para atender e incluir alunos com deficiência, desenvolvendo estratégias de ensino, geralmente centradas nas características peculiares dos alunos.

Porém é explícito a falta de interesse das instituições de ensino superior em preparar os licenciados para atuar no processo de inclusão de alunos deficientes, oferecendo poucos componentes e poucas discursões em torno do tema.

De acordo com Pinheiro (2010), a formação de professores prescrita em alguns cursos atende o mínimo dos preceitos da lei. Ofertando em sua maioria apenas a disciplina de LIBRAS¹ no caso dos cursos de Física e Matemática “não dando conta de formar o perfil do licenciado almejado pelas diretrizes de formação de professores” (PIMENTEL, 2012, p. 149).

No Brasil, a partir da Portaria Ministerial nº 1793, foi reconhecida a importância de complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins, sendo recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais relativos às pessoas com necessidades educacionais especiais. Para os graduandos se faz necessário que haja ampliação de disciplinas e uma maior correlação entre a teoria e a prática, de maneira que possam ser incluídas de forma mais satisfatória.

Para que a inclusão ocorra, não basta a garantia do direito a matrícula, é necessário que todos os profissionais da educação estejam envolvidos, para isso é importante se pensar na formação inicial de qualidade, pensando em como o indivíduo pode aprender e quais estratégias devem ser adotadas.

É preciso um aprimoramento na formação desses docentes, partindo da ampliação da carga horária das disciplinas ofertadas, assim como a disponibilidade de outras disciplinas que tragam um maior aprofundamento teórico e prático nesse campo educacional.

A formação dos profissionais de ensino, não se esgota na fase inicial, para melhorar ainda mais o conhecimento e o preparo para lidar com alunos portadores de necessidades especiais, o professor precisa de uma formação continuada, que tem como objetivo assegurar um ensino de qualidade cada vez maior aos alunos.

A formação continuada é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos alunos sob sua responsabilidade em classe e no ambiente escolar, de maneira mais ampla, por mais diversificado que esse grupo se apresente, oferecendo-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar.

3. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de caráter quantitativo, com alunos do curso de Física, tendo como instrumento a aplicação de um questionário. O uso de tratamento de dados em pesquisas quantitativas pode ser favorável a discussões de forma mais aprofundada (MINAYO, 1997), possibilitando uma análise estrutural e uma análise processual, permitindo uma concepção mais ampla e completa dos problemas que encontramos em nossa realidade.

Durante o levantamento e tratamento dos dados, queremos saber o número de alunos que se sentem preparados para atuar com alunos deficientes na Educação básica, apresentando suas justificativas e reflexões diante das respostas obtidas sobre o tema educação especial inclusiva.

Para isso procurando sistematizar a pesquisa em estudo de caso, ajudando na investigação no que se refere ao contexto e sua relação com o estudo, a possibilidade de poder fazer generalizações, a importância de levantamento de hipóteses e o seu caráter interpretativo constante. O estudo de caso é frequentemente utilizado para objeto (caso) no seu contexto real,

¹ O sancionamento da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, a disciplina passou a ser obrigatória em alguns cursos, principalmente os de licenciatura.

utilizando de evidência (qualitativas e quantitativas), incorporando a subjetividade do investigador (MEIRINHOS E OSÓRIO, 2010).

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscamos primeiramente saber o número de alunos formandos no curso de Física da UEPB, Campus I, localizado na Cidade de Campina Grande-PB no período de 2021.1 e 2021.2, em seguida estruturamos um questionário com perguntas de múltiplas escolhas e discursivas, a qual foi enviada para (40 alunos).

O questionário segundo Fachin (2001) “consiste num elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certo número de pessoas com o intuito de obter respostas para a coleta de informações” (FACHIN, 2001, p. 147). Para estruturar e apurar os dados, utilizamos o aplicativo de gerenciamento de pesquisas (Google formulários), por ser um instrumento de fácil acesso e por estamos em um período de Pandemia, gerado pelo vírus COVID-19.

As perguntas estruturadas foram respondidas por 32 alunos licenciados próximos ao período de conclusão de curso. O questionário (APÊNDICE A) foi disponibilizado no período 16/07/2021 à 30/07/2021, através de conta eletrônica (e-mail).

O questionário contém 10 questões, divididas em 2 abertas e 8 fechadas, tendo a seguinte composição: Questões sobre: O que os alunos formandos compreende sobre a educação especial inclusiva, como eles compreendem sua formação inicial em torno do tema EEI, e se sentem preparados para atuar na sala de aula de forma mais inclusiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

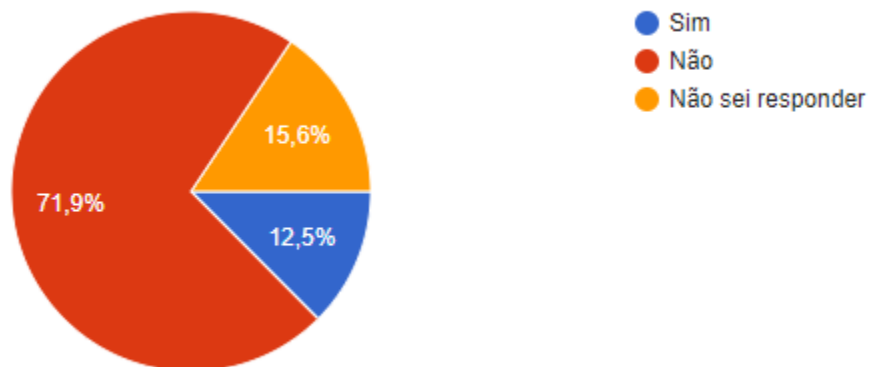
Para realizarmos a investigação em torno da formação inicial dos alunos licenciandos da Física, se fez necessário conhecer os sujeitos da pesquisa, avaliando como eles se sentiam e como eles compreendiam sua formação na perspectiva da educação especial inclusiva.

A pesquisa ocorreu em julho de 2021. E dentre algumas respostas obtidas construímos e apresentaremos os gráficos, com o objetivo de traçarmos um diagnóstico dos alunos questionados.

A princípio buscamos saber se os alunos do curso de Licenciatura em Física da UEPB, compreendem a diferença entre educação inclusiva e educação especial na perspectiva inclusiva? Dentre as respostas obtidas percebermos que a maioria (78,1%) dos licenciandos dizem compreenderem a diferença existente, os outros (21,9%) afirmam não saber.

Porém ao serem questionados quanto estarem preparados para atuar com o processo de inclusão de alunos com deficiências ou transtornos de aprendizagem (71,9%) dos alunos dizem não estarem preparados, como exposto no Gráfico 1.

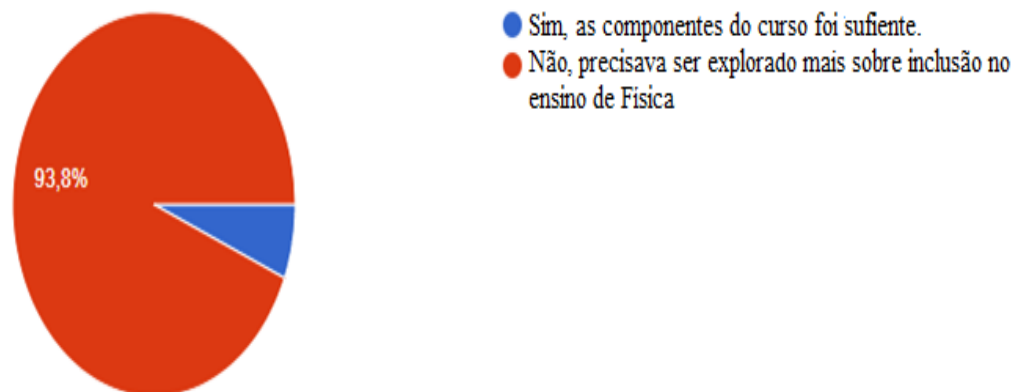
Gráfico 1 – Concepção dos futuros professores de Física quanto a estar preparados em atuar com a inclusão de alunos com deficiência.



Fonte: Própria

Tais respostas nos fazem compreender que mesmo os alunos estando nos últimos meses para sua conclusão de curso, prestes a entrarem em sala de aula, não se sentem preparados para ensinar Física numa perspectiva mais inclusiva e este fato poderia até ser algo comum, já que a inexperiência proporciona a insegurança. Contudo, a insegurança não advem apenas da inexperiência, mas por eles considerarem que os componentes curriculares não são suficientes para atuação no contexto da sala de aula, como apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Concepção dos graduandos diante dos componentes curriculares.



Fonte: Própria

A educação é um direito de todos, logo a matrícula de uma pessoa com deficiência ou transtorno de aprendizagem é obrigatória. Com base nisso procuramos saber a opinião dos graduandos em relação ao posicionamento que o professor deve ter frente a diversidade encontrada em sala de aula. Dentre as 21 respostas obtidas, podemos destacar:

Aluno A: “... metodologias em que inclua a todos, uma mesma atividade que todos façam independentemente da deficiência”.

Aluno B: “Ao observar que o aluno deseja aprender, mas tem dificuldades no retorno do aprendizado, analisando alguns erros cometidos pelo estudante, o professor de Física tem que ter um olhar

diferenciando para motivar, procurando estratégias que conduzam o aluno a não se sentir excluído. Então, é necessário um olhar observador do professor, ter sensibilidade e atender seu aluno com algum transtorno criando estratégias que o insira e facilite o seu aprendizado”.

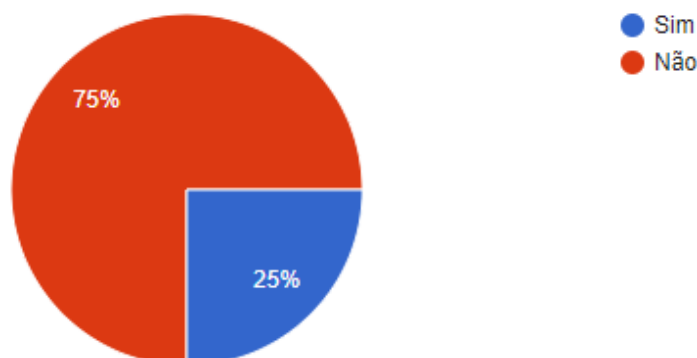
Através das respostas dos alunos é notório que mesmo eles afirmando não estarem preparados para lidar com o processo de inclusão, eles compreendem alguns saberes necessários para trabalhar com essa temática.

Um dos questionados como foi mencionado anteriormente, comentou sobre a necessidade de um olhar mais observador do professor em relação as dificuldades dos alunos e sabemos que existe o PEI - Plano de Ensino Individualizado, que é um documento elaborado pelo professor a partir da avaliação de um aluno com necessidade educacional específica, com base nisso (78,1%) dos questionados não sabem o que é um (PEI), o que é um pouco preocupante, pois o PEI visa registrar o caráter individual de cada aluno para que, usando estratégias adequadas, ele possa aprender, assim como os outros estudantes do ensino regular. Dos (21,9%) que afirmaram saber o que é o PEI, apenas 1 aluno soube de fato explicar a finalidade dele.

O curso de Licenciatura em Física atualmente tem apenas uma componente obrigatória voltada para alunos surdos que é a disciplina de Libras, devido a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Qualquer outra disciplina que envolva a educação especial inclusiva é ofertada de forma eletiva, o que é de consenso entre todos os entrevistados, que o curso de Licenciatura em Física precisa de mais cadeiras de caráter obrigatório voltada para EEI e estes alunos também precisam ter conhecimento das cadeiras eletivas ofertadas relacionadas a essa área.

É importante a presença de componentes dentro do Plano de Curso de caráter obrigatório pois os alunos não têm o conhecimento da importância destas, quando uma disciplina é ofertada de forma eletiva, nem sempre é escolhida como opção, sendo assim (75%) dos graduandos nunca pagaram disciplinas de forma eletiva. Pode-se até imaginar que muitos desses alunos irão sair da graduação sem nenhuma orientação sobre a inclusão. Dados no Gráfico 3.

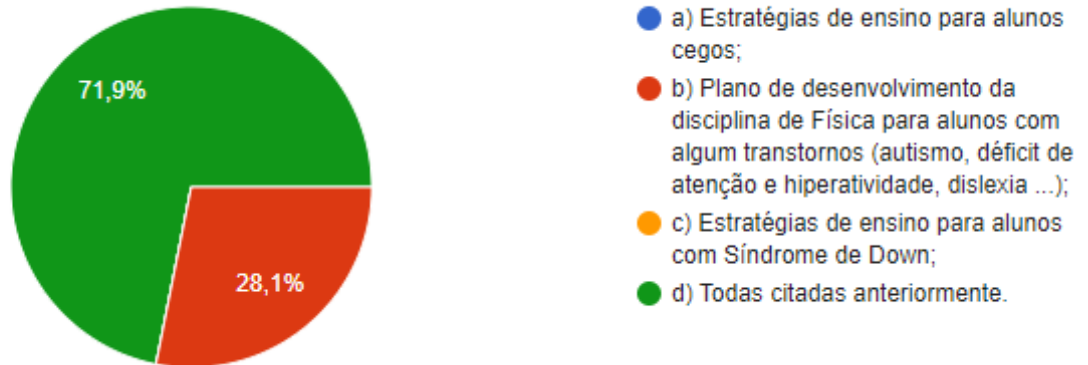
Gráfico 3 – Número de alunos que conseguiram pagar uma componente eletiva na perspectiva da educação especial inclusiva.



Fonte: Própria

Em uma sala de aula é possível encontrar inúmeras diferenças, o professor precisa estar preparado para conduzir as estratégias corretas para lidar com as diversidades encontradas, desenvolvendo assim a aprendizagem da turma. Logo, quando questionamos sobre possíveis estratégias de ensino na perspectiva da EEI que eles devem ter conhecimento, (71,9%) dos licenciandos afirmaram que todas as estratégias mencionadas seriam importantes para a sua formação. Análise no Gráfico 4.

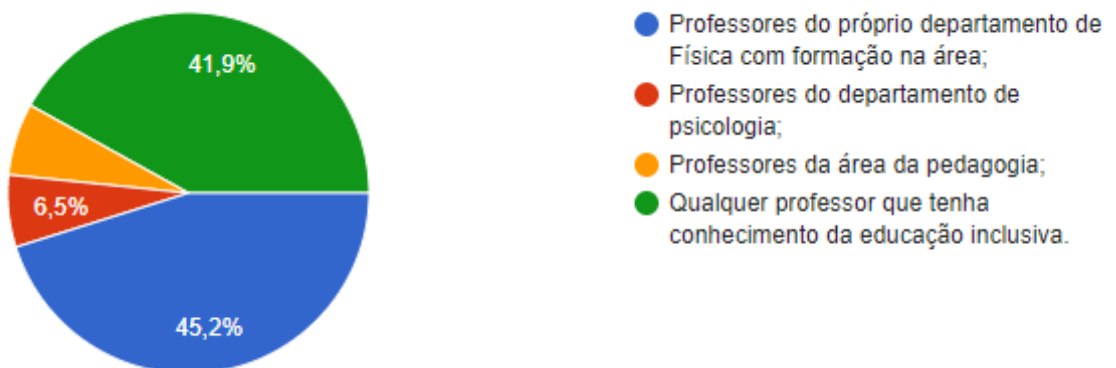
Gráfico 4 – Porque os futuros professores de Física precisam entender sobre a educação inclusiva.



Fonte: Própria

Já vimos o quanto esse tema é importante e como os alunos licenciandos de Física estão sentindo a necessidade de uma formação na área da educação inclusiva. É necessário que a instituição tenha profissionais capacitados, ou que tenham alguma informação e saibam lidar com o tema abordado. Com base nisso (41,9%) dos graduandos afirmaram que os professores do próprio departamento de Física com formação na área ou alguma especialização poderiam ministrar as aulas voltadas para a educação especial e (45,2%) afirmou que qualquer professor que tenha conhecimento da educação inclusiva pode ministrar as aulas. Veja o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Perspectiva dos futuros professores de Física em relação aos profissionais responsáveis por dispersar o conhecimento na área da educação inclusiva.



Fonte: Própria

5. CONCLUSÃO

Analisando toda a pesquisa desenvolvida é possível concluir que os estudantes do curso de Licenciatura em Física se sentem despreparados quando o assunto é Educação Especial Inclusiva, visto que muitos deles só tiveram uma única componente curricular que no caso é a de Libras, por ser de caráter obrigatório.

Sabemos que cada aluno é único e podemos nos deparar com inúmeras diferenças, precisamos ter uma base para que no primeiro contato o aluno se sinta acolhido, pois ele tem a capacidade e o direito de estar no ensino regular.

Para que o ensino seja de qualidade e garantido para todos os alunos é necessário que a inclusão seja discutida e trabalhada nos cursos de licenciatura, buscando assim a permanência dos alunos deficientes no contexto escolar, em salas regulares da educação básica, como também superior.

Essa temática deve ser abordada com mais frequência nos cursos de Física, pois novas componentes curriculares precisam compor a ementa do curso, para que os alunos venham ter um direcionamento ao se formarem, dando assim prosseguimento aos conhecimentos sobre esse tema, através da formação continuada.

REFERÊNCIAS

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2004.

MAIA, M. S. Um diagnóstico sobre a educação inclusiva: organização escolar, concepções de professores e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, 2015.

POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. Inclusão escolar e formação inicial de professores: a percepção de alunos egressos de um curso de Pedagogia Revista Eletrônica de Educação, v.11, n.3, p.876-889, 2017

RIBEIRO, E. B. V.; BENITE, A. M. C. Formação de professores de Ciências para a Inclusão Escolar: estudos sobre a produção de diálogos. 25ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química, 2002.

MEIRINHOS, M. A. **O estudo de caso como estratégia de investigação em educação.** EDUSER: revista de educação, Vol 2(2), 2010 Inovação, Investigação em Educação, 2010.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 491 p., 2012.

BRASIL. Declaração de Salamanca, 1994.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional – LDB, prevê, em seu capítulo relativo à educação especial, que o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, quando não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular (art. 58, § 2º, da LDB).

Com base nisso, foi elaborado um questionário para saber a opinião dos estudantes nos períodos finais do Curso de Licenciatura em Física.

Perguntas do Questionário:

1. Você entende a diferença entre educação inclusiva, educação especial e educação especial na perspectiva inclusiva?
2. Você se sente preparado para trabalhar com alunos com diversos tipos de deficiência?
3. As Componentes curriculares presente no curso de licenciatura em Física da UEPB são suficientes para que o futuro professor saia orientado quanto as diversidades de transtornos e deficiências que ele pode encontrar no contexto da sala de aula?
4. A Constituição Federal, determina no Art. 205 que a educação é direito de todos, logo a matrícula de pessoa com deficiência é obrigatória pelas escolas regulares e não limita o número de alunos nessas condições por sala de aula, não podendo recusar a matrícula do estudante com deficiência pautadas na deficiência. Dessa forma como você entende que o professor de física pode trabalhar diante da diversidade de alunos?
5. Você sabe o que é um Plano de Ensino Individualizado (PEI)?
6. Se a resposta anterior for sim. Você é a favor do PEI? Por quê?
7. O curso de Licenciatura em Física tem como obrigatório a cadeira de Libras (devido a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002). Qualquer outra disciplina que envolva a educação especial é ofertada de forma eletiva. Você acha necessário mais disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva Especial de caráter obrigatório.
8. Você já pagou alguma disciplina eletiva na área de educação inclusiva especial?
9. Dentre as opções abaixo qual seria essencial para seu aperfeiçoamento como professor?

- a) Estratégias de ensino para alunos cegos;
 - b) Plano de desenvolvimento da disciplina de Física para alunos com alguns transtornos (autismo, déficit de atenção e hiperatividade, dislexia ...);
 - c) Estratégias de ensino para alunos com Síndrome de Down;
 - d) Todas citadas anteriormente.
10. No curso de licenciatura em Física, quem deveria ministrar as aulas de Educação especial na perspectiva inclusiva?
- a) Professores do próprio departamento de Física com formação na área;
 - b) Professores do departamento de psicologia;
 - c) Professores da área da pedagogia;
 - d) Qualquer professor que tenha conhecimento da educação inclusiva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor e pela misericórdia derramada sobre minha vida, bem como por iluminar a minha mente nos momentos difíceis, dando-me força e coragem para continuar. Aos professores da UEPB do departamento de Física, em especial a minha querida orientadora que contribui significativamente com minha formação.

Agradeço aos meus pais, Alcides e Nila que com todo amor sempre me incentivaram e na reta final da licenciatura me ajudaram com meu filho. Ao meu filho Derek que é minha motivação diária. A Rodrigo por todo apoio e ajuda na minha vida pessoal nos últimos meses da licenciatura. E a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta nessa etapa importante da minha vida.